

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 263.472 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 6.601.756 mil,

Ativos Totais de R\$ 8.787.152 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 188.400 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		1.060.270	451.520	Circulante		824.955	294.210
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7	733.582	197.546	Impostos e Contribuições a Recolher.....	18d	1.455	2.512
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber.....	17a	326.688	253.974	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.....	13e	136.000	13.600
				Obrigações por Recompra de Ações.....	10	581.882	277.915
				Contas a Pagar.....		157	183
				Outras Obrigações.....	11	105.461	-
Não Circulante		7.726.882	7.664.340	Não Circulante		1.360.441	3.276.689
Realizável a Longo Prazo		682.541	425.931	Provisão para Impostos e Contribuições.....		220	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	8	268.149	-	Provisão para Riscos Fiscais.....	12b	396.580	321.745
Depósitos Judiciais.....	12b	360.580	293.961	Obrigações por Recompra de Ações.....	10	436.339	403.568
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	18c	53.812	131.970	Outras Obrigações.....	11	527.302	2.551.376
Investimentos	9	7.044.341	7.238.409	Patrimônio Líquido		6.601.756	4.544.961
				Capital Social.....	13a	5.140.000	2.840.000
				Reservas de Lucros.....	13d	2.898.550	2.958.679
				Reserva de Capital.....		5.490	153.915
				Ações em Tesouraria.....	13f	(1.582.583)	(1.429.764)
				Outros Resultados Abrangentes.....		140.299	57.332
				Lucro/(Prejuízo) Acumulado.....		-	(35.201)
Total do Ativo		8.787.152	8.115.860	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.787.152	8.115.860

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas/(Despesas Operacionais)		525.003	780.499
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	9	570.946	817.378
Despesas Tributárias.....	14	(45.789)	(36.737)
Despesas Gerais e Administrativas.....	15	(154)	(142)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras Tributação e dos Tributos		525.003	780.499
Resultado Financeiro	16	(261.531)	(293.654)
Receitas Financeiras.....		141.133	78.947
Despesas Financeiras.....		(402.664)	(372.601)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		263.472	486.845
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	18	-	(1.903)
Lucro Líquido do Exercício		263.472	484.942
Número de ações por mil.....		355.945	237.898
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$.....	13b	0,74	2,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	263.472	484.942
Outros Resultados Abrangentes	82.967	(13.814)
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	82.541	(13.814)
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....	426	-
Resultado Abrangente do Exercício	346.439	471.128

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	263.472	486.845
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(191.560)	(440.042)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(570.946)	(817.378)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	333.602	340.602
Provisão para Riscos Fiscais.....	45.784	36.734
Lucro Líquido Ajustado	71.912	46.803
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado.....	712	-
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(240.286)	-
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(4.247)	(23.597)
Aumento/(Redução) em Obrigações.....	(62.846)	(1.172)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(1.106)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(235.861)	22.034
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	710.937	31.522
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	710.937	31.522
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social.....	2.200.000	-
Liquidação de Contrato de Mútuo.....	(2.070.866)	-
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria.....	(26.174)	86.252
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(42.000)	(28.109)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	60.960	58.143
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	536.036	111.699
Início do Exercício.....	197.546	85.847
Fim do Exercício.....	733.582	197.546
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	536.036	111.699

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucro/(Prejuízo) Acumulados	Totais
				Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.440.000	(1.809.048)	253.474	122.630	2.802.761	71.146	-	3.880.963
Ajuste Reflexo de Coligada por Adoção de Novas Práticas Contábeis.....	-	-	-	-	-	-	(42.755)	(42.755)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.440.000	(1.809.048)	253.474	122.630	2.802.761	71.146	(42.755)	3.838.208
Aumento do Capital Social com Reservas.....	400.000	-	-	-	(400.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício (1).....	-	-	-	-	-	-	484.942	484.942
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	(13.814)	-	(13.814)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	471.128
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	(348.754)	-	-	-	-	-	(348.754)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	728.038	(99.559)	-	-	-	-	628.479
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	23.869	409.419	-	(433.288)	-
- Dividendos Pagos.....	-	-	-	-	-	-	(28.100)	(28.100)
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(16.000)	(16.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.840.000	(1.429.764)	153.915	146.499	2.812.180	57.332	(35.201)	4.544.961
Aumento do Capital Social com Reservas.....	100.000	-	-	-	(100.000)	-	-	-
Aumento do Capital Social.....	2.200.000	-	-	-	-	-	-	2.200.000
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	263.472	263.472
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	-	82.541	-	82.541
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	-	-	426	-	426
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	346.439
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	(744.695)	-	-	-	-	-	(744.695)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	591.876	(148.425)	-	-	-	-	443.451
Destinações: - Reservas.....	-	-	-	11.414	28.457	-	(39.871)	-
- Dividendos Pagos.....	-	-	-	-	-	-	(28.400)	(28.400)
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(160.000)	(160.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.140.000	(1.582.583)	5.490	157.913	2.740.637	140.299	-	6.601.756

(1) Contempla ajuste de R\$ 7.554, referente à apresentação retrospectiva por adoção de novas práticas contábeis, conforme Nota 5a.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido):

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mensurados dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

São classificados como controladas e coligadas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 9. O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos Fluxos de Caixa Futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por impairment é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2023 e de 2022, não houve perda por impairment.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhes dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 13b e não há fatores de diluição do lucro.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023:

CPC 50 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. A norma entrou em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023. E os impactos estão demonstrados abaixo:

Ajuste reflexo de coligada por adoção de novas práticas contábeis:

Em 1º de janeiro de 2023 o Banco Bradesco S.A. "Bradesco", investimento com influência significativa da Coligada da Sociedade, alterou sua política contábil resultante da adoção de um novo pronunciamento contábil. O CPC 50 (IFRS 17) traz como regra de transição a aplicação retrospectiva dos seus efeitos, desta forma, apresentamos a seguir a reconciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, com o impacto desta adoção na Sociedade.

	R\$ mil		
	Apresentação dos saldos anteriores	Adoção IFRS 17 (CPC 50)	Apresentação dos saldos atuais
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022			
Ativo			
Circulante	451.520	-	451.520
Não circulante	7.624.306	40.034	7.664.340
Outros ativos	425.931	-	425.931
Investimentos	7.198.375	40.034	7.238.409
Total do ativo	8.075.826	40.034	8.115.860
Passivo			
Circulante	294.210	-	294.210
Não circulante	3.276.689	-	3.276.689
Patrimônio líquido	4.504.927	40.034	4.544.961
Capital social.....	2.840.000	-	2.840.000
Reservas de lucros.....	2.958.679	-	2.958.679
Reservas de capital.....	153.915	-	153.915
Ações em tesouraria.....	(1.429.764)	-	(1.429.764)
Outros resultados abrangentes.....	(17.903)	75.235	57.332
Lucro/(Prejuízos) acumulados (1).....	-	(35.201)	(35.201)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.075.826	40.034	8.115.860

(1) Valor referente a ajuste de adoção de novas práticas contábeis, sendo R\$ (42.755) de adoção inicial e R\$ 7.554 do exercício de 2022.

	R\$ mil		
	Apresentação dos saldos anteriores	Adoção IFRS 17 (CPC 50)	Apresentação dos saldos atuais
Demonstração de resultado acumulado em 31 de dezembro de 2022			
Receitas (Despesas) operacionais	772.945	7.554	780.499
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	809.824	7.554	817.378
Outras receitas/despesas operacionais.....	(36.879)	-	(36.879)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos tributos	772.945	7.554	780.499
Resultado financeiro	(293.654)	-	(293.654)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	479.291	7.554	486.845
Imposto de renda e contribuição social	(1.903)	-	(1.903)
Lucro líquido do exercício	477.388	7.554	484.942

CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido		Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %		Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						Em 31 de dezembro							
						2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Nova Cidade de Deus Part. S.A. ("Nova Cidade") (1) (3).....	13.900.000	-	26.983.654	-	2.357.149	-	189.425	26,07	7.035.115	7.229.183	570.946	-	817.378
Ágio - Nova Cidade (4).....	-	-	-	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-	-
Total									7.044.341	7.238.409	570.946	-	817.378

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%); e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

10) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recompria de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 581.882 (2022 - R\$ 277.915) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 436.339 (2022 - R\$ 403.568), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, dividido em sete parcelas a serem pagas anualmente, no montante de R\$ 632.763 (2022 - R\$ 2.551.376). Em 7 de novembro de 2023 houve a liquidação de um contrato de mútuo no montante de R\$ 1.976.888, e o pagamento da primeira parcela líquida de impostos, no montante de R\$ 93.978.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 360.580 (2022 - R\$ 293.961). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deversem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Provisão para riscos fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
No início do exercício	321.745	261.751
Atualizações monetárias.....	29.051	23.260
Constituição.....	45.784	36.734
No final do exercício	396.580	321.745

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 2023 e 2022, não houve processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias.....	165.074.472	107.283.917
Preferenciais.....	190.870.445	130.614.210
Subtotal - ações em circulação	355.944.917	237.898.127
Em tesouraria (ordinárias).....	56.670.399	47.346.860
Em tesouraria (preferenciais).....	30.689.781	23.831.923
Total do capital social em ações	443.305.097	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 24 de abril de 2023, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 100.000, elevando-o de R\$ 2.840.000 para R\$ 2.940.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

Em Assembleia Geral Extraordinária de 25 de setembro de 2023, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 2.200.000, elevando-o de R\$ 2.940.000 para R\$ 5.140.000, mediante a emissão de 134.228.187 novas ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 67.114.094 ordinárias e 67.114.093 preferenciais, ao preço de R\$ 16,39 por ação, com a integralização à vista em 6 de novembro de 2023. O valor do aumento foi integralmente incorporado ao capital social da Sociedade.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	263.472	484.942
Número de ações em circulação (milhares).....	355.945	237.898
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	0,74	2,04

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
- Reserva legal (i).....	157.913	146.499
- Reserva estatutária (ii).....	2.740.637	2.812.180
Total	2.898.550	2.958.679

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício.....	263.472	484.942		
Reserva legal.....	(11.414)			
Base de cálculo ajustada	252.058	484.942		
Dividendos pagos (2)	28.400	160.000		
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	160.000	160.000		
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3).....	(24.000)			
Total geral de juros sobre o capital próprio/dividendos (líquido) em 2023	164.400	65,22		
Total geral de juros sobre o capital próprio/dividendos (líquido) em 2022	41.700	9,19		

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/Dividendos sobre a base de cálculo;

(2) Dividendos deliberados em 14 de julho de 2023 (pagos em 19 de julho de 2023) e Juros sobre o capital próprio deliberados em 28 de dezembro de 2023, a ser pago em 28 de junho de 2024; e

(3) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre JCP de R\$ 160.000 deliberados em dezembro/23.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Milton Matsumoto

Membros

Denise Aguiar Alvarez

Alexandre da Silva Gluher

Maurício Machado de Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor-Vice-Presidente

Milton Matsumoto

Vinício Panaro
Contador - CRC ISP324844/O-6



...continuação

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/BBD1575167328032024.pdf>

Hash: 17115765657e3bb14d75c44dfdacde7395ad2857ec